

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



**76** 

Discurso na abertura da Reunião sobre Geração de Emprego e Formação Profissional

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, EM 30 DE ABRIL DE 1997

Senhores Ministros; Senhores Secretários; Senhores Assessores, Altos Funcionários, Diretores de organizações do Governo,

Muito bom dia. Muito obrigado por estarem aqui neste encontro de hoje, em que vamos discutir a questão das políticas de emprego. O que aqui temos é uma reunião de trabalho, onde estão os níveis estadual e federal para um esforço, que tem sido feito no decorrer deste governo, de coordenação entre os vários níveis de administração e de descentralização, que tem sido a norma do Governo.

O Governo está mais do que convencido de que parte da modernização do aparelho administrativo da República, e parte significativa, importa nesse entrosamento entre os governos estaduais e o Governo Federal, e também no dos governos municipais com o Governo e com os governos estaduais.

Nós temos nos esforçado para dar uma dinâmica diferente às relações entre os vários níveis da administração em dois sentidos fundamentais: primeiro, reduzindo a política à sua verdadeira acepção. Política, para quem está no Estado, significa as grandes diretrizes e linhas que dizem respeito aos objetivos do País, tais como foram aprovados pelas eleições. Portanto, não diz respeito a uma negociação entre partidos nem a uma pugna entre funcionários em torno de controles burocráticos; e, portanto, nem a controles clientelísticos via partidos ou via indivíduos mesmo; nem a controles burocráticos nem a uma fusão entre esses dois tipos de controle. Para nós, fundamental é que se mantenha essa noção do Estado.

Por outro lado, nós temos encorajado, nos vários anos, dentro das administrações, uma relação mais direta entre as organizações da sociedade e as organizações de governo, de tal maneira que programas importantes, como, por exemplo na questão de habitação, passam por uma série de canais que não são os canais tradicionais, mas são canais que incluem representantes de setores da sociedade. E outra vez aí se olha não a questão partidária, mas o interesse público. Evidentemente, quando eu digo "não se olha a questão partidária", não quer dizer que só o Governo não a olha. Também não podem os outros olhá-la, porque atrapalharia o processo de modernização do País e a transformação dos governos em instrumentos efetivos de servir só à sociedade, e não a interesses particulares.

Obviamente, dado que nós vivemos numa democracia e a admiramos, a linha é dada por aqueles que têm o apoio popular, pelos que são detentores de mandato. E como, no caso desse entrosamento, os detentores de mandato, muitas vezes ou algumas vezes, podem ter concepções diferentes, e as concepções foram aprovadas pelo povo, aí é que vem o ajustamento. Até agora nós não tivemos nenhum problema nessa matéra. A convivência entre vários níveis da administração tem sido pautada por um espírito de convergência e de colaboração que eu acho que é o único espírito que, realmente, permite a este país avançar.

Acredito que nós temos que, com paciência e com persistência, ir mudando os modos tradicionais de gestão, adotando um novo modo de encarar a política, que tem que deixar de ser, ao mesmo tempo, uma utilização das máquinas governamentais para serviços particulares e tem que deixar de ser também – para que a sociedade possa participar mais inteligente e construtivamente – pura e simplesmente uma atitude

"do contra". Claro, é sempre difícil, sempre há alguns setores que são organicamente ligados, não é ideologicamente ligados, à idéia de que o bom é fazer barulho. Muito bem. Nós somos o país do carnaval, estamos habituados com barulho, até gostamos. Nós sabemos que não é por aí que temos que ter o nosso esforço; é noutra direção.

E é com esse espírito que nós estamos aqui reunidos hoje. Eu pediria ao Ministro do Trabalho que iniciasse esta sessão fazendo um resumo dos pontos principais. Ministro Paulo Paiva.